



e-Book MÓDULO 02

SUMÁRIO

1 O que são os impostos e de onde eles vêm?

05

2 Os impostos são ruins para o cidadão?

06

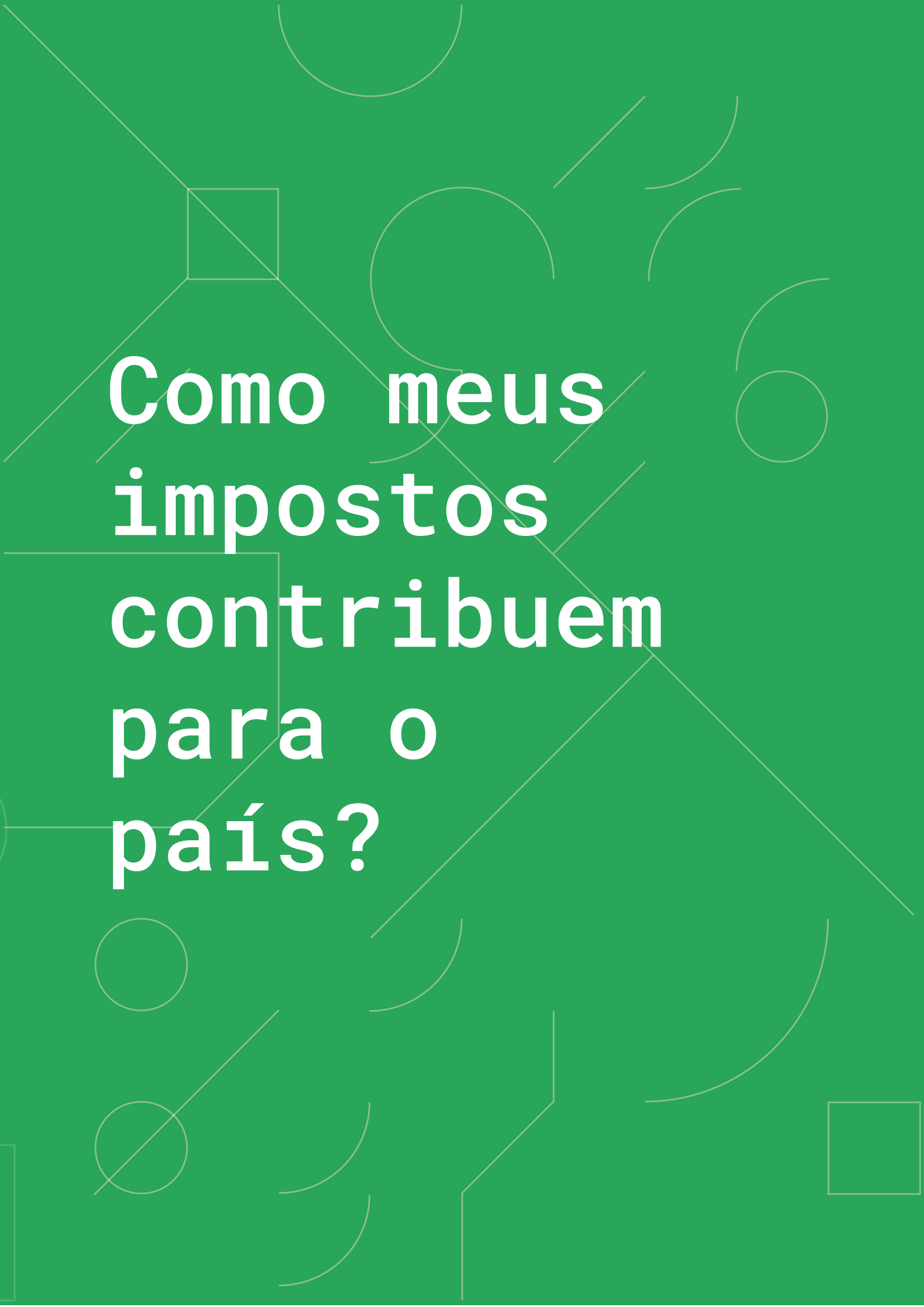
3 Encaixando os impostos na “RODA” da economia

07

4. Qual a minha responsabilidade?

08





Como meus
impostos
contribuem
para o
país?



MÓDULO

02



1 O que são impostos e de onde eles vêm?

Em primeiro lugar, precisamos entender o que é tributo. Os tributos são divididos em três categorias: impostos, taxas e contribuições de melhoria, alguns incluídos nos preços dos produtos e serviços que são consumidos e utilizados pela população.

Especificamente, o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN) define tributo da seguinte forma: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. O artigo 5º do CTN, e os incisos I, II e III do artigo 145 da Constituição de 1988 tratam das espécies tributárias, a saber: “(i) impostos; (ii) taxas; e (iii) contribuições de melhorias”.

Portanto, tributo e imposto não são a mesma coisa. Tributo é a categoria, enquanto imposto é uma subcategoria, ou seja, um tipo de tributo. As diferenças entre as categorias de tributos se dão pela diferença no fato gerador:

a. **Impostos: são tributos que tem por**

fato gerador “uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” (por exemplo, receber renda, ser proprietário, prestar serviço etc.);

b. **Taxas: são tributos que tem por fato gerador: 1. exercício regular do poder de polícia (atividade que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, em razão de interesse público); 2. utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;**

c. **Contribuição de melhoria: é o tributo que tem por fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra pública.**

Os impostos são obrigatórios e independem de qualquer contrapartida, ou seja, não estão vinculados a nenhum bem ou serviço público específico. Além disso, enquanto contribuintes, não sabemos exatamente onde o recurso dos impostos será investido, pois eles compõem o “caixa único” dos governos.

Já as taxas são tributos vinculados a prestação de serviço público específico e diretamente relacionado ao contribuinte. Podemos citar, por exemplo, as taxas de fiscalização, de licenciamento, de poder de polícia, de serviços etc.

As taxas são de competência federal, estadual, municipal ou distrital. Por exemplo, apenas os municípios podem cobrar taxas de competência municipal, como a taxa de coleta domiciliar de lixo.

A contribuição de melhoria é definida pela legislação brasileira como sendo o tributo vinculado a uma situação que representa um benefício especial auferido pelo contribuinte.

Imagine, por exemplo, que o governo municipal aproveite um terreno vazio para construir um parque ou uma quadra de esporte. A obra beneficiará toda a população, mas também pode valorizar as residências próximas ao novo parque, gerando um benefício adicional para os proprietários.

Os moradores perceberão os preços de seus imóveis subirem de valor devido a essa obra, por isso, a contribuição é vinculada, porque a sua cobrança se destina a cobrir, pelo menos parcialmente, os custos da obra realizada pelo governo.

Mas não é de qualquer obra que a contribuição pode ser cobrada, para tanto, a contribuição deve ser instituída por lei e apenas se a obra pública gerar valorização do imóvel.

2 Os impostos são ruins para o cidadão?

Pagar tributos é um dever muitas vezes incômodo, mas afinal os tributos são mesmo os vilões dessa história?

Apesar de vermos, em geral, o sistema tributário apenas como fonte de deveres, os tributos implicam também em direitos. Afinal, uma vez que o conjunto da sociedade contribuiu financeiramente para o bem-comum, todos têm o direito de receber o retorno em forma de bens e serviços públicos.

Como vimos no módulo 1, é nosso direito, mas também um dever, cobrarmos dos governantes a qualidade dos serviços públicos, e exigir que os tributos que pagamos sejam usados de forma correta e eficiente. Na verdade, qualquer cidadão, mesmo que pense que não paga tributos, paga sim! E mesmo que não pagasse, também tem direito de cobrar a boa aplicação do dinheiro público por parte do governos.

Uma boa administração dos recursos públicos gera bens e serviços públicos mais efetivos e baratos e, conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida da população. Portanto, cada cidadão brasileiro precisa se sensibilizar sobre a importância social dos tributos e

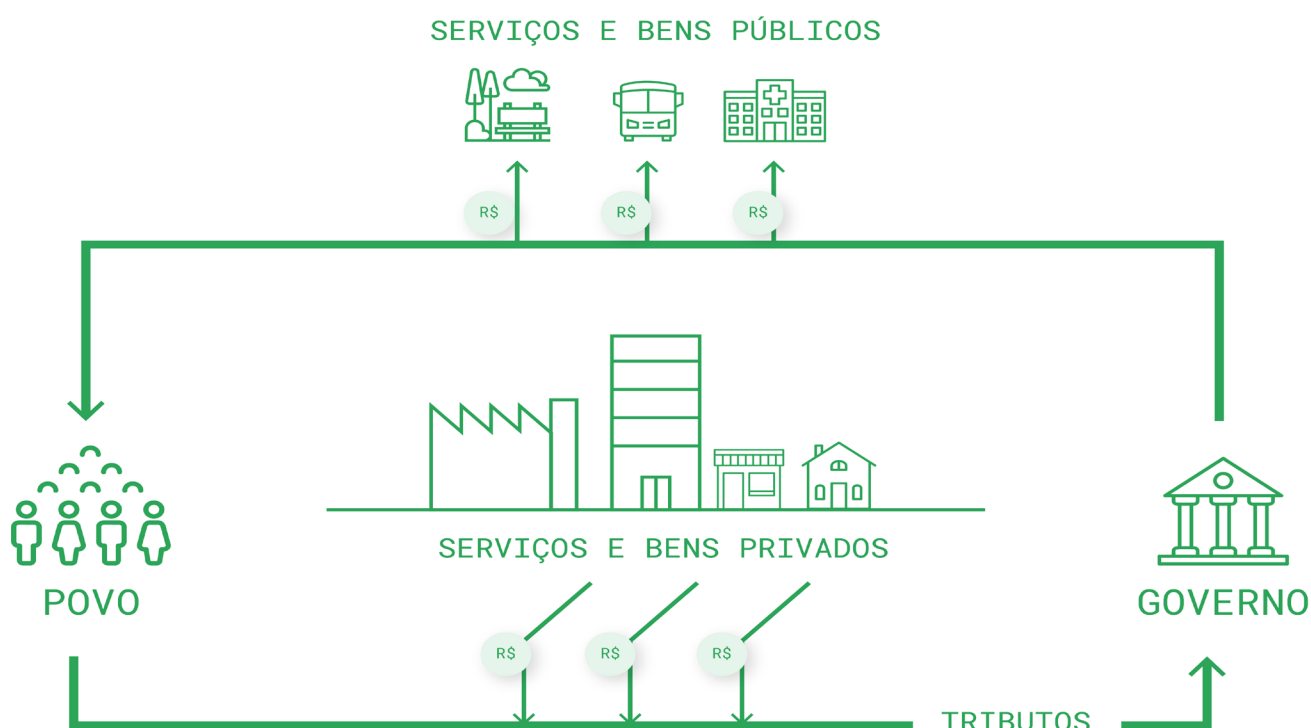
de que o bom uso do dinheiro público pode resolver graves questões da vida nacional.

Além disso, se os governos cuidam dos recursos com mais cuidado, podem promover também as condições gerais de produção de riqueza e melhoria econômica, o que permitirá que eles provejam serviços essenciais justamente para aqueles que mais precisam.

Desse modo, se todos participam, pagam e exercem seu direito de acompanhar a gestão pública de perto, os impostos são muito positivos para o conjunto da sociedade.

3 Encaixando os impostos na “RODA” da economia

Como vimos neste e no módulo anterior, os tributos compõem a receita pública, ou seja, os recursos do governo. Com esse dinheiro o governo constrói escolas, hospitais, rodovias e garante o fornecimento de serviços à população. Logo, somos todos nós que pagamos por esses bens e serviços através dos tributos, isto é, das taxas, impostos e contribuições de melhoria.



Você pode não perceber, mas, quando gastamos nosso comprando alimentos, bens, roupas, ou até mesmo em lazer - por exemplo, indo ao cinema, ao circo ou fazendo passeios turísticos - estamos contribuindo com a oferta de bens e serviços públicos que são utilizados por toda a população.

Por outro lado, assim como os demais agentes econômicos, o governo também vai precisar gastar os recursos que recebe da sociedade para realizar essa tarefa. No entanto, como os seus gastos tem um volume muito grande, ele é um dos principais atores que fazem girar a roda da economia, ou seja, suas ações têm impacto muito expressivo nos níveis de atividade econômica e da dívida pública. Em outras palavras, as receitas e o gasto público também podem ser usados como fator regulador da economia, por meio de um conjunto de decisões a que geralmente chamamos “política fiscal”.

4 Qual a minha responsabilidade?

Todos precisam estar conscientes de que os tributos representam a principal fonte de financiamento dos serviços e políticas públicas. Com esses recursos é possível a realização das políticas de saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outras.

Portanto, é muito importante saber: se todo mundo deve pagar, cada pessoa também exerce sua cidadania, exigindo que todos paguem na medida da sua capacidade contributiva. Todos devem contribuir de acordo com suas possibilidades, sem fazer sacrifícios, nem sobrecarregar os demais.

Desse modo, para o sistema funcionar direito, cada um deve fazer a sua parte, afinal, quando uma pessoa quebra o ciclo de propósito - quando poderia pagar seus tributos e não o faz - somos todos nós que pagamos a conta. A solidariedade contributiva é uma das formas mais importantes de coesão social. Se todos contribuem, não fica pesado para ninguém.

Se soubermos e exercermos os nossos direitos, seremos os maiores beneficiados. Na verdade, quando a sociedade conhece e pratica esses ensinamentos ganha inclusive mais força para cobrar do governo que ele cumpra bem suas obrigações.

Você sabia que, ao exigir a nota fiscal, seja no restaurante onde você almoça, na compra de alguma mercadoria ou contratação de serviço, você faz com que o fornecedor do produto ou serviço fique obrigado a pagar o imposto devido? É verdade! E é com o dinheiro dos impostos que os governos (federal, estadual, distrital ou municipal) conseguem fazer tudo o que necessário. Então da próxima vez, não se esqueça de pedir a nota ou cupom fiscal!

E você pode começar a exercer sua cidadania promovendo a educação fiscal através do compartilhamento deste material com a sua família e amigos.

As informações que você aprendeu aqui sobre como a nossa sociedade funciona ainda são desconhecidas por grande parte da sociedade. A desinformação da população reduz o poder da cobrança e nos deixa à mercê da conduta pessoal de quem está no poder e isso é muito arriscado! O melhor é confiar, mas ficar alerta, exigir transparência e fiscalizar os governos. Afinal, é o nosso dinheiro, o bem-estar social e o desenvolvimento do país que estão em jogo!

Por isso este curso é importante, e deve chegar ao maior número possível de brasileiros. Conhecimento é poder, não é? Então, ajude a compartilhar esse conteúdo por aí!

Equipe Técnica

Conteúdo

Sérgio Ricardo de Brito
Gadelha

Revisão

Antônio Barros

Luiz Alberto Marques Vieira
Filho

Lucas Gomides Rocha

Marcos Antônio Pereira Pinto

REALIZAÇÃO



APOIO



PRODUÇÃO



